

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA (OE 2009)

O Orçamento do Estado para 2009 foi apresentado pelo Governo sob o lema de orçamento de realismo, prudência e rigor.

Vale a pena começar por analisar o orçamento à luz desta afirmação.

Um Orçamento realista?

Para o ser, os pressupostos em que assenta a sua elaboração teriam de ter uma adesão à realidade, ou seja, no que se refere, por exemplo, ao crescimento da economia, ao desemprego, ao investimento e ao consumo privado, deveriam traduzir o que é seriamente expectável e não o que é **enganosamente projectado**.

Quanto ao **crescimento da economia**, o Orçamento do Estado assenta numa previsão de crescimento de 0,6%, enquanto na Alemanha se prevê um crescimento 0, em França 0,2%, no Reino Unido -0,1% e em Espanha -0,2%. A média da zona euro não vai além de 0,2%, **três vezes menos do que o governo prevê para Portugal**.

Quanto ao **desemprego**, o Governo prevê uma taxa igual à de 2008, **confundindo o desejo de todos nós com a difícil realidade que conhecemos**.

No investimento, apesar da conhecida situação financeira grave, o Orçamento do Estado aponta para um crescimento praticamente igual ao estimado para 2008.

Um Orçamento prudente?

Para o ser, é essencial que a estimativa da receita assente em bases cautelosas.

Dois exemplos são bem elucidativos.

Depois de uma perda de receita do ISP em 2008, superior a 7%, prevê-se agora um crescimento de 3,4% para 2009.

No caso do IVA, apesar da redução da taxa ocorrida em 2008 e do previsível abrandamento da actividade económica, prevê-se para 2009 um crescimento da sua receita em 3,4%.

Um Orçamento de rigor?

O valor apresentado para a despesa pública, de 46% do PIB, é inferior ao estimado para 2008, o que sucede à custa de uma alteração metodológica no registo das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

Ou seja, se o Orçamento do Estado fosse rigoroso, o valor efectivo da despesa pública teria de ser apresentado com um crescimento de 7% em relação a 2008, atingindo o valor mais alto jamais verificado.

Em matéria de eficiência fiscal, que já não teve expressão em 2008, aparece agora, de novo, com um aumento para 2009.

Em boa verdade, este Orçamento parece ter sido elaborado a partir da definição dos resultados que importava anunciar, para depois se formularem as projecções necessárias para os alcançar.

É um Orçamento construído de frente para trás, ou seja, não se baseia em projecções, mas sim em prognósticos.

A grande característica deste Orçamento é o de não ser transparente sendo, nesse aspecto, o pior que alguma vez foi apresentado no Parlamento, com tiques de ilusionismo impróprios de um documento com esta importância.

É inaceitável que estando o Governo a programar megainvestimentos, não forneça informações sobre os encargos futuros das decisões que está a tomar.

Este Orçamento é o último do actual ciclo político, ciclo este iniciado em 2005.

Um ciclo em que o Governo dispôs de condições ímpares que convém lembrar: uma maioria absoluta, uma legislatura de quatro anos e meio, um Pacto de Estabilidade e Crescimento flexibilizado e uma conjuntura económica europeia de crescimento.

Apesar disto, os resultados são os seguintes:

	2004	2008
Crescimento Económico	1,5%	0,8%
Inflação	2,5%	2,9%
Desemprego	6,7%	7,6%
Défice Externo	6,1% do PIB	10,6% do PIB
Endividamento do País	64%	100%
Despesa Pública Total	46,4%	47,8%
Despesa Corrente	42%	44,3%
Despesa Corrente Primária	39,3%	40,9%
Dívida Pública	58,3%	64%
Carga Fiscal	34,2%	37,5%
Rendimento por Habitante	74,7% da média europeia	73,3%

Este é o balanço de que o Governo não gosta, de que não fala, que tenta mesmo esconder, mas que é o resultado de um **modelo de desenvolvimento esgotado e de uma política económica que fracassou**.

Na verdade, o obstáculo essencial a ultrapassar para que a nossa economia cresça de forma sustentada e se desenvolva é a falta de **competitividade**.

Se não conseguirmos recuperar a competitividade perdida, não se melhora o potencial de crescimento da nossa economia que devia ser o nosso objectivo fundamental e que o Governo pura e simplesmente ignora.

É o próprio Governo que, no seu Programa, reconhece que “a fraca competitividade e a baixa produtividade estão na raiz do baixo crescimento da economia portuguesa. Em vez de melhorarmos, temos descido nos rankings internacionais.” (Pág. 11)

Usando o ranking do World Economic Fórum o Governo reconhece que Portugal estava na 25ª posição em 2004 (Pág. 12).

Como evoluímos desde então?

Utilizando o mesmo ranking, em 2007/2008 tínhamos descido até à 40ª posição, e no de 2008/2009 Portugal volta a cair, agora para a 43ª posição.

Descemos 18 lugares neste ranking, ao **longo mandato do actual Governo**.

É esta a consequência de uma política económica fracassada.

Uma política que conduziu a um nível muito elevado de endividamento das famílias, das empresas e do Estado.

Uma política que tornou o País muito dependente e vulnerável.

Esta situação de endividamento, que tenho vindo a denunciar, que o Governo sistematicamente ignorou, a actual crise financeira tornou indisfarçável.

Insistir nesta política errada vai aprofundar a crise e as condições de atraso do nosso País.

A **mudança** é cada vez mais necessária.

Por isso, o PSD considera que o modelo de desenvolvimento tem de ser diferente.

Não pode continuar a basear-se na despesa pública, mas **no investimento privado e nas exportações**.

Só assim teríamos crescido de uma forma sustentada e ter-se-iam criado as condições para um desenvolvimento com verdadeira dimensão social.

Pelo falhanço da política económica deste Governo, tal como já tinha alertado, muitas famílias e empresas enfrentam hoje uma situação de emergência.

Exige-se do Estado uma resposta adequada, o que este Orçamento não faz.

Pelo contrário, o défice do Estado tem vindo, em parte, a ser financiado pelo excedente da segurança social e pelo estrangulamento infligido às PME's, o que **constitui um desvio imoral aos objectivos que deviam ser prosseguidos**.

O Estado permite-se manter níveis elevados de endividamento à custa do sacrifício das Pequenas e Médias Empresas e dos mais desfavorecidos. É a classe média a suportar as consequências dos erros da política económica do Governo.

Perante isto o Governo elabora um Orçamento que é um Orçamento de múltiplos subsídios, mas que não aponta para a resolução de nenhum problema.

O Orçamento do Estado de 2009 tem de conter medidas efectivas para ajudar a resolver os problemas das famílias e das PME's.

Neste sentido, **o PSD vai propor:**

- Reduzir o custo do trabalho e dessa forma **defender o emprego, mediante a descida em 1% da Taxa Social Única suportada pelas entidades patronais**, compensando-se o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social por reforço de transferência do Orçamento do Estado;
- Para fazer face à previsível dificuldade de recuperação do emprego, propomos um **alargamento excepcional do período de atribuição do subsídio de desemprego**;
- A fim de fomentar a poupança, e **reparar uma grave injustiça cometida por este Governo**, propomos a reposição do regime que vigorava **nos certificados de aforro**;
- Quanto às PME's, vamos **insistir na alteração do regime de pagamento do IVA**, de modo a que este deixe de estar ligado ao momento da prestação do serviço ou da facturação, e passe a ser pago no momento do efectivo recebimento;
- **Pagamento atempado das dívidas** do Estado às empresas, bem como **abrir a possibilidade** de o Estado negociar com a banca a realização do **"factoring" com garantia**;
- Faculdade das empresas que sejam credoras do Estado, realizarem no cumprimento das suas obrigações fiscais a **compensação de créditos**;
- **Extinção do Pagamento Especial por Conta**, criado como instrumento de combate à fraude e evasão fiscal.
Decorridos cinco anos os pressupostos que lhe estavam subjacentes e a significativa melhoria da Administração Fiscal, já não justificam a sua manutenção.

Estas são **medidas realistas e solidárias, que se impõem num momento complexo e difícil** para as famílias e as empresas.

Este Orçamento não resolve os problemas de hoje e encobre os que surgirão no futuro.

Ora, este é um momento em que se exige dos responsáveis que **falem verdade em vez de venderem ilusões.**

Que aprovem medidas que devolvam aos Portugueses uma **esperança** sustentada, o que este Orçamento não faz.

Lisboa, 17 de Outubro de 2008